

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 229

DATA : 5 12 91

PG. : 6

Deputado critica relatório da CPI da Amazônia

BRASÍLIA — O deputado Tuga Angerami (PSDB-SP) criticou ontem o relatório preliminar da CPI sobre a internacionalização da Amazônia, afirmando que o documento tem muitas semelhanças com textos elaborados por militares. De autoria do deputado Avenir Rosa (PDC-RR), recentemente acusado de traficar crianças, o relatório recomendava a divisão do Amazonas em dois estados e sugere medidas para estimular o desenvolvimento da região. Segundo o deputado Ricardo Moraes (PT-AM), o texto é uma cópia do Código Amazônico, patrocinado pelo governador Gilberto Mestrinho, que já ameaçou usar a polícia para impedir demarcações de terras indígenas em território amazonense.

Para comprovar suas suspeitas, Tuga Angerami afirma que o principal responsável pela elaboração do relatório foi o assessor legislativo, oficial da Marinha e membro da Escola Superior de Guerra (ESG), Sérgio Porto da Luz. Apesar de confirmar a participação de Porto da Luz, que, segundo Avenir Rosa, foi indicado para assessorar a comissão pela Câmara dos Deputados, o relator ficou surpreso com a semelhança com o Código Amazônico. "Não conheço o código, mas lerei antes da reunião de terça-feira", disse o deputado, referindo-se à sessão em que o relatório será votado.

Inconformado, o deputado Tuga Angerami prometeu apresentar uma versão alternativa do documento na terça-feira, para "desmontar o discurso de ameaça à soberania do país que dominou o texto de Avenir Rosa". No relatório paralelo serão citadas as questões do garimpo e das organizações ambientalistas não-governamentais, além do problema das demarcações de reservas indígenas, que, segundo alguns opositores, só poderiam ser efetuadas dentro do limite de 200 hectares por índio.

Na sessão de ontem, os parlamentares da CPI ouviram pela segunda vez o depoimento do presidente da Funai, Sydney Possuelo.